



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

ATA DE REUNIÃO

Comitê Interno de Governança (CIGOV/MAPA)
24ª Reunião do Comitê Interno de Governança
1ª Reunião extraordinária de 2026

DADOS DO COLEGIADO

Colegiado: Comitê Interno de Governança

Ato de Constituição: Portaria MAPA nº 516, de 21 de novembro de 2022 e atualizada pela Portaria MAPA nº 630, de 28 de novembro de 2023.

Ato de designação: Membros Natos (Art. 3º)

Periodicidade das reuniões ordinárias: Quadrimestral (Art. 4º)

Sigla: CIGOV

Processo SEI: 21000.016180/2026-69

DADOS DA REUNIÃO

Data: 04 de março de 2026

Horário: 09h20 às 10h40

Local: Ed. Sede - Secretaria Executiva, 9º andar.

Tipo: () Presencial () Vídeo Conferência () Mista

PARTICIPANTES

Membros Titulares

Cleber Oliveira Soares - Secretário-Executivo, Substituto - SE;

Membros Suplentes

Silvio Farnese - Secretário Adjunto de Política Agrícola, Substituto - SPA;

João Crescêncio Aragão Marinho - Secretário Adjunto de Desenvolvimento Rural - SDR;

Allan Rogério De Alvarenga - Secretário Adjunto de Defesa Agropecuária - SDA; e

Natielle Bernardino Cunha De Azevedo - Chefe de Gabinete do Ministro, Substituta - GAB-GM

Convidados

Carlos Alberto Valentim Dos Santos - Consultor Jurídico Adjunto - CONJUR

Renata Alves de Figueredo - Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI;

Paulo Márcio Mendonça Araujo - Chefe de Gabinete da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - GAB/SCRI;

Júlia Tavares Borges - Coordenadora-Geral de Suporte Técnico e Administrativo - CGSTA/SE;

Fernanda de Souza Simões Ferreira e Castro - Coordenadora da Coordenação de Gestão e Eficiência Regulatória do SUASA - COGER/DEPES/SDA; e

Fábio Pereira Botelho - Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais do Ministério da Agricultura e Pecuária - DPO/MAPA

Secretaria do Cigov

Otto Cavalcante Medina - Secretário do Cigov

Carlos Endrigo - Assessor Cigov;

Iran de Almeida Nunes - Coordenador de Governança e Gestão - COGG/CGGI/SPOA/SE;

PAUTA DA REUNIÃO

Apresentação sobre o "*Fortalecimento da Transparência ativa no Ministério da Agricultura e Pecuária*".

Apresentação sobre as "*Atividades destinadas à melhoria de governança e gestão, com foco na qualidade da transparência ativa do site oficial do Ministério da Agricultura e Pecuária*";

Atualização sobre o Relatório de Gestão de 2025.

Apresentação do "*Relatório Semestral de Atividades: implementação da Política de Privacidade de Dados no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária*";

Informativo sobre a *implementação do Programa de Análise de Impacto Regulatório - PAIR*.

Considerações finais e encerramento

REUNIÃO

Aos quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às nove horas e vinte e três minutos, realizou-se, de forma presencial, no edifício Sede do Ministério da Agricultura e Pecuária, Secretaria-Executiva, 9º andar, a 24ª reunião do Comitê Interno de Governança – CIGOV, com a participação de seus membros e convidados, conforme lista de presença (50843352). O Presidente do Comitê na ocasião, Cleber Oliveira Soares, Secretário-Executivo Adjunto, declarou aberta a sessão e informou que a reunião seria gravada para subsidiar a elaboração da presente ata. Em seguida, procedeu-se à verificação de quórum, constatando-se a presença de representantes da Secretaria-Executiva (SE), da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI), da Secretaria de Política Agrícola (SPA) e do Gabinete do Ministro, configurando o quórum de representantes aptos a votar. O Presidente iniciou sua fala registrando a

orientação inicial que compete aos presentes, nas agendas tática e operacional, garantir a adequada condução das atividades, observando-se a necessidade de zelo e responsabilidade institucional, especialmente diante do período eleitoral, que possui regras específicas. Ressaltou que devem ser fortalecidas as ações de transparência ativa, comunicação sobre entregas, cumprimento de prazos e trâmites processuais de forma adequada, correta e diligente. Foi destacada a necessidade de atenção às demandas de órgãos de controle, a processos com prazos definidos como o relatório de gestão e ao cuidado com a redação de documentos, tendo sido identificadas vulnerabilidades em unidades técnicas. Registrou-se referência ao desempenho do setor agropecuário, que representou aproximadamente doze por cento do crescimento do PIB (11,7), valor superior a outros setores da economia. Indicou, entretanto, que tais resultados não devem ser considerados como garantia futura diante do cenário atual. Em seguida, a Sra. Renata Alves de Figueiredo, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, fez uso da palavra, ressaltando a importância do tema da transparência ativa, especialmente diante da peculiaridade do ano corrente. Informou ser comum haver aumento de demandas de acesso à informação, bem como requisições do Congresso, recomendando-se a solicitação formal de prorrogação, devidamente motivada, quando a área responsável não puder cumprir o prazo. Foi informado que o Tribunal de Contas da União iniciou recentemente duas auditorias na SDA, em temas considerados relevantes, e que foi percebida uma intensificação das demandas do Tribunal no início de 2026, devido a uma mudança na gestão da Aud-Sustentabilidade, unidade que audita este Ministério. Em retomada, o Dr. Cleber Oliveira, reiterou que atrasos em respostas a órgãos de controle geram desgaste institucional e responsabilização individual. Destacou-se que a Secretaria-Executiva anualmente divulga orientações formais sobre cumprimento de prazos legais e tramitação processual. Foi reforçado que processos classificados como estratégicos, a exemplo de temas relevantes, contratações de pessoal, concursos, projetos com impacto econômico ou risco sanitário devem observar tratamento adequado, com atenção ao sigilo quando necessário. Com relação ao recebimento de denúncias, foi reiterado que estas devem tramitar formalmente pela Ouvidoria, evitando-se respostas diretas por unidades técnicas. Assim, é necessária atuação diligente para minimizar erros ou falhas, sendo necessário fortalecer a transparência ativa, com ampla publicização das informações. O Presidente reforçou a necessidade de rigor no registro de agendas, incluindo a agenda de autoridades no e-Agendas, bem como o devido registro de todas as pessoas recebidas, devendo ser redobrada a atenção quanto a esses procedimentos. Referente a viagens, foi informado que a Controladoria-Geral da União analisou quarenta e dois processos aleatórios, identificando descumprimento do prazo de quinze dias e valores elevados, recaindo as respostas sobre a Secretaria-Executiva. Foi enfatizado que viagens de longo prazo devem ser exceção e apresentar justificativa consistente. O Dr. Cleber finalizou as orientações gerais apresentadas e lembrou que essa foi uma das razões pela qual foi solicitada a realização desta reunião extraordinária. Passou-se ao primeiro ponto da pauta, concedendo-se a palavra à convidada Sra. Renata Alves de Figueiredo, que abordou o fortalecimento da transparência ativa, que é uma diretriz corrente da alta gestão. Foi informado que o Ministério alcançou cem por cento no índice de cumprimento das obrigações de transparência ativa na avaliação do Sistema de Transparência Ativa (STA) da CGU, incluindo correção referente à agenda de autoridades. Foi, inclusive, divulgada notícia destacando o trabalho iniciado pela SPOA na verificação da aderência das informações disponibilizadas no site ao Guia de Transparência Ativa da CGU. Esse processo contribuiu para o alcance do índice de cumprimento obtido. Contudo, informou-se que a CGU está realizando novo ciclo de avaliação, cujo prazo para eventuais ajustes no site e preenchimento do formulário se encerra em vinte de março. Como não se pretende obter resultado inferior, a

responsabilidade das áreas aumenta, sendo necessário contar com o engajamento de todas as unidades responsáveis pelos itens avaliados no STA. Indicou-se que há quarenta e nove itens avaliados e que será realizada verificação conjunta com as áreas para garantir aderência contínua. Foi destacado que a transparência ativa é processo permanente, devendo-se avançar além dos requisitos mínimos previstos no guia da CGU. Exemplificou-se recomendação da CGU relacionada à melhoria de orientações no site, sobre pragas quarentenárias no âmbito da SDA, reforçando a importância de informações claras ao cidadão para evitar pedidos repetidos de acesso à informação. A Assessoria Especial de Controle Interno se colocou à disposição para apoiar as áreas no processo de reavaliação e melhoria do portal institucional. Assim, há duas atribuições prioritárias: avançar no processo de reavaliação para manter o índice de cem por cento e identificar, no âmbito das secretarias, quais informações são mais demandadas pela sociedade, a fim de aprimorar o portal do MAPA conforme essas necessidades. Em seguida, foi concedida a palavra ao Sr. Otto Cavalcante Medina, Secretário do CIGOV, que ratificou as informações anteriores e relatou o trabalho realizado pela SPOA desde maio de dois mil e vinte e quatro para qualificação das informações divulgadas. Explicou-se que algumas áreas apresentavam informações incompletas ou pouco acessíveis ao cidadão. Foi relatado que o site precisava estar alinhado às treze abas obrigatórias do Guia de Transparência Ativa (GTA). Identificou-se que algumas abas não existiam (auditorias, perguntas frequentes e sanções administrativas) e outras estavam com nomenclatura ou conteúdos inadequados. Após trabalho conjunto entre SPOA, AECl e AECS, alcançou-se cem por cento das abas obrigatórias, com ajustes de nomenclatura, conteúdos e estrutura. Ainda foi realizado alinhamento com a Assessoria Especial de Comunicação Social e, à medida que eram identificadas necessidades de ajustes no site, as demandas eram encaminhadas para análise. A AECS avaliava e implementava as alterações cabíveis. Todo o processo foi conduzido com base em registro formal no SEI, no qual constam as solicitações de alteração e as respectivas aprovações da comunicação, resultando na adequação progressiva do site do MAPA aos requisitos previstos no Guia de Transparência Ativa (GTA). No que se refere às informações de auditoria, verificou-se que diversos conteúdos estavam disponíveis no site; entretanto, encontravam-se dispersos, sem seção específica que facilitasse o acesso em poucos cliques. Das dez abas existentes, duas apresentavam nomenclatura inadequada, embora atendessem às exigências do GTA, e oito possuíam atendimento apenas parcial aos requisitos do guia. Registrou-se que as seções de auditoria, perguntas frequentes e sanções administrativas não estavam disponíveis. No que se refere ao conteúdo institucional, o atendimento alcançava sessenta e dois vírgula cinco por cento, uma vez que nem todos os requisitos eram cumpridos. A participação social apresentava índice reduzido, de vinte e oito vírgula cinquenta e sete por cento. Foram incluídos os itens referentes a convênios, transferências e ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), cujas nomenclaturas estavam incorretas. Embora as informações atendessem integralmente ao guia, a denominação do submenu divergia do padrão Gov BR. Os ajustes necessários envolveram alterações de nome e nomenclatura, de conteúdo e, em alguns casos, de ambos. Ainda, foram listadas necessidades de evolução, como atualização de informações, identificação de conteúdo prioritários, inclusão de dados que envolvam renúncia de receita e análise de processos com impactos no mercado ou que contenham sigilo. Foi informado que a ouvidoria foi acionada para identificar temas recorrentes e permitir divulgação mais clara. Destacou-se a necessidade de que as áreas revisem e atualizem os conteúdos disponíveis no site, pois todas as unidades são responsáveis por identificar e fornecer essas informações. Embora a AECS seja responsável pela gestão do portal, o controle interno verifica a conformidade dos dados, especialmente quanto às restrições de sigilo. No tocante ao orçamento, esclareceu-se que dados de

arrecadação podem ser, por exemplo, direcionados ao Portal da Transparência, mas situações específicas da SDA devem ser analisadas conforme legislação aplicável. Na sequência, foi registrada uma reflexão dos participantes sobre a dificuldade atual de encontrar informações no site institucional. Posteriormente, foi orientado a Sra. Júlia Tavares, que fosse elaborada recomendação à AECS para realizar estudo e propor o remodelamento do portal, mediante solicitação à SECOM. O Sr. Otto Medina pontuou que órgãos federais, a exemplo do Ministério das Comunicações, dispõe de busca avançada que poderia servir de referência, sugerindo-se diálogo com a SECOM para eventuais melhorias no ambiente. Em seguida, o sr. Otto discorreu sobre o Relatório de Gestão 2025, informando que, com base em relatórios do TCU, foram necessárias melhorias na apresentação e estrutura. Foram desenvolvidas nova diagramação da cadeia de valor do PPA e do modelo de negócio, bem como criada seção de “grandes números” o objetivo é destacar as principais entregas do Ministério no referido ano, as quais serão detalhadas ao longo do documento. Foi registrado avanço no tópico “partes interessadas e relação com a sociedade”, no qual a maior parte das áreas apresentou contribuições. Foi incluída seção de “desafios de 2025 e perspectivas para os próximos exercícios”. A governança passou a constar como subtópico próprio, com foco em resultados, inclusive com séries históricas, gráficos e tabelas para comparações. Informou-se que a versão diagramada foi entregue pela AECS, após cinco versões, incorporando textos revisados até vinte e sete de fevereiro. Informou-se, ainda, que a área de comunicação tem prazo até quinze de março para conclusão da diagramação. O período de quinze a dezenove de março foi definido como fase crítica para validação final, visando disponibilização do relatório ao TCU até trinta de março e publicação até trinta e um. O Coordenador Iran Nunes esclareceu que o Rol de Responsáveis será publicado separadamente e que, no ano, são elaborados três documentos com períodos específicos. O nível de responsáveis incluirá secretários, secretário-adjunto, ministro e substitutos por período igual ou superior a sete dias. Superado o item, foi concedida a palavra ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais do Ministério da Agricultura e Pecuária, Sr. Fábio Botelho, que abordou temas relacionados à proteção de dados pessoais, destacando a importância da organização iniciada em dois mil e vinte e quatro, quando foi criado processo de privacidade contendo fluxos e identificação de stakeholders. Foi informado que o auditor federal Marcelo Neiva atua como ponto focal na área de sistemas, garantindo conformidade com a LGPD e orientações da ANPD. Foi relatado que o MAPA possui duzentos sistemas e cerca de novecentas bases de dados, sendo um terço contendo dados pessoais. Destacou-se a plataforma ABC+, considerada referência para organização e desenvolvimento de sistemas. Informou que foi utilizado um projeto-piloto devidamente estruturado, o qual se encontra em elevado nível de organização e serve de referência para o desenvolvimento de futuras plataformas ou painéis no âmbito do MAPA. Ressaltou-se que dez sistemas estão sob acompanhamento devido a não conformidades notificadas. O Secretário João Crescêncio agradeceu aos senhores Fábio e Camilo pelo apoio recebido, destacando que a maior parte das plataformas pertence à SDR e mencionando a ABC+ como objeto de especial atenção do TCU. Foi informado que os dois projetos pilotos analisados foram o ABC e um ACT da SPA, relacionado ao acesso a recursos contratados junto a aproximadamente vinte e vinte e quatro instituições bancárias que operam o Plano Safra e o funcafé. Registrou-se, ainda, que a atuação do servidor Fábio contribuiu para a revisão e mitigação de problemas e falhas identificados nesses processos. Em seguida, foi concedida a palavra à Coordenadora-Geral, Sra. Júlia Tavares, que informou sobre o andamento do Programa de Análise de Impacto Regulatório - PAIR, publicado no final do ano anterior. Foi relatado que, devido a questionamentos e festividades, houve prorrogação por sessenta dias. A capacitação será realizada pela ENAP, e os pontos focais já foram solicitados. Após capacitação, os servidores

designados estarão aptos a implementar o programa. Em seguida, foi registrada manifestação sobre a agenda regulatória diante da publicação de decretos, com necessidade de definição de rito obrigatório. Foi informado que haverá inclusão do tema na próxima reunião. Por fim, o Sr. Cléber ressaltou a importância das áreas estarem atentas a importância de fóruns como o CIGOV, que são oportunidades de apresentar sugestões estratégicas de governança. Reforçou que quando do convite para a reunião a pauta estava aberta a sugestões e não foram encaminhadas pelas áreas temas a serem tratados. Foi reforçada a necessidade de apresentar temas críticos a este fórum, especialmente considerando este ser último ano de gestão. Assim, recomendou-se que, especialmente as Secretarias SDA, SPA, SDR e SCRI, ao identificarem temas administrativos, jurídicos ou estratégicos de caráter crítico, os encaminhem ao CIGOV para compartilhamento, considerando que tal procedimento contribui para melhorar institucionalmente o órgão. Não havendo mais contribuições, foi declarada encerrada a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIO FARNESE, Secretário Adjunto Substituto de Política Agrícola**, em 16/03/2026, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO CRESCENCIO ARAGAO MARINHO, Secretário(a) Adjunto**, em 16/03/2026, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALLAN ROGERIO DE ALVARENGA, Secretário Adjunto de Defesa Agropecuária**, em 16/03/2026, às 19:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natielle Bernardino Cunha de Azevedo, Chefe de Gabinete do Ministro - Substituto(a)**, em 18/03/2026, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLEBER OLIVEIRA SOARES, Secretário Executivo - Adjunto**, em 18/03/2026, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **50843868** e o código CRC **FBECF822**.